

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMO CORTE DE PRECEDENTE

Cledson Guimarães de Araujo

*Trabalho de Conclusão de Curso
de Pós-Graduação em Direito Civil
e Processo Civil apresentado à
Faculdade Anhanguera de Brasília
– FAB/DF. 2.3.2017.*

*Bacharel em Direito pelo
UNICEUB e Pós-graduando em
Direito Processual Civil e Direito
Civil pela FAB/DF.*

E-mail: cledsonted@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar que o Superior Tribunal de Justiça não é um tribunal de terceiro grau, que sua verdadeira função é de ter a última palavra em matérias infraconstitucionais. Também se pretende demonstrar que com a evolução da teoria da interpretação, o STJ deve deixar de ter a precípua função de declarar o melhor sentido da lei, de forma a uniformizar a jurisprudência, para atribuir sentido ao direito mediante razões fundamentadas e racionalmente convincentes..

Palavras-Chave: Superior Tribunal de Justiça; interpretação; segurança jurídica; precedentes obrigatórios; certeza do direito.

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate that the Superior Court of Justice is not a court of third degree, that its real function is to have the last word in infraconstitutional matters. It is also intended to demonstrate that with the evolution of the theory of interpretation, the STJ must no longer have the primary function of declaring the best meaning of the law, in order to standardize the jurisprudence, to give meaning to the law by reasoned and rationally convincing reasons. Keywords: Disregarding; Fine (*Astreintes*); Preliminary Order; Writ.

Keywords: Superior Court of Justice; interpretation; Legal certainty; Mandatory precedents; Certainty of the right.

Anhanguera Educacional Ltda.

Correspondência/Contato
Alameda Maria Tereza, 4266
Valinhos, São Paulo
CEP 13.278-181
rc.ipade@anhanguera.com

Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas
sare.anhanguera.com

Coordenação
Instituto de Pesquisas Aplicadas e
Desenvolvimento Educacional - IPADE

Artigo Original
Recebido em: xx/xx/xxxx
Avaliado em: xx/xx/xxxx

Publicação: xx de xxx de xxxx

1. INTRODUÇÃO

O PRESENTE ARTIGO OBJETIVA DEMONSTRAR QUE A FUNÇÃO PRIMORDIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É GARANTIR, PRINCIPALMENTE POR MEIO DO RECURSO ESPECIAL, A UNIFORMIDADE DE INTERPRETAÇÃO E DE APLICAÇÃO DAS NORMAS FEDERAIS, DE MODO A PROPORCIONAR, COM A UNIFORMIDADE JURISPRUDENCIAL, UMA MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA.

PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DAS QUESTÕES PROPOSTAS, O PRESENTE ARTIGO FOI ESTRUTURADO POR TÓPICOS: O PRIMEIRO TÓPICO TRÁS UMA BREVE SÍNTESE ACERCA DA CRIAÇÃO DO STJ E SUA FUNÇÃO UNIFORMIZADORA, BEM COMO UMA PEQUENA DISTINÇÃO ENTRE O QUE SERIAM INSTÂNCIA E GRAU DE JURISDIÇÃO.

NO SEGUNDO TÓPICO É DESTACADA A IMPORTÂNCIA DO STJ COMO CORTE QUE INSTITUI PRECEDENTES.

NO TERCEIRO TÓPICO PROCUROU-SE DEMONSTRAR QUE O STJ DEVE SE POSICIONAR COMO UMA CORTE QUE ATRIBUI SENTIDO AO DIREITO, NÃO MAIS UMA CORTE QUE DEFINE A EXATA INTERPRETAÇÃO DA LEI, IMPRIMINDO O CARÁTER UNIVERSALIZANTE EM SEUS PRECEDENTES.

NAS CONSIDERAÇÕES FINAIS FOI RESSALTADA A IMPORTÂNCIA DO STJ COMO CORTE DE VÉRTICE, QUE DEVE POSSUIR JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, A QUAL DEVE, IMPRESCINDIVELMENTE, SER OBSERVADA E RESPEITADA PELOS TRIBUNAIS E JUÍZOS ORDINÁRIOS.

A JUSTIFICATIVA DO PRESENTE TRABALHO ESTÁ EMBASADA EM DIVERSOS PROBLEMAS NO SISTEMA RECURSAL QUE ACARRETAM NUMA INEFETIVIDADE DA TUTELA JURISIDICIONAL, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE À FUNÇÃO UNIFORMIZADORA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUA FUNÇÃO UNIFORMIZADORA

Foi na Constituição de 1988 que foi criado o Superior Tribunal de Justiça, soberano no direito” o Supremo Tribunal Federal que, à época, encontrava-se com uma quantidade muito grande de processos. Foi quando o “Tribunal da Federação” passou a ser dois: o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, daí por diante o recurso extraordinário previsto no sistema constitucional anterior foi desdobrado em recurso extraordinário *stricto sensu* e recurso especial *stricto sensu*.

Dessa forma, o “Tribunal da Federação” passou a ser dois: o Supremo Tribunal Federal, soberano em matéria constitucional, e o Superior Tribunal de Justiça, soberano no direito federal, assim, o recurso extraordinário previsto no sistema constitucional anterior foi desdobrado em recurso extraordinário e recurso especial.

Essa grande modificação se deu em razão da chamada “crise do Supremo”, o qual se viu abarrotado de processos provenientes de todas as partes do País, que estava passando por um alto incremento demográfico e com várias regiões em acelerado processo de industrialização e de aumento do setor terciário da economia, acarretando sempre maiores índices de litigiosidade.

Com toda essa demanda, o STF passou a ter dificuldade em preservar o instituto da relevância da questão federal, que era bem exigente no que diz respeito aos pressupostos de admissibilidade, pois o recurso extraordinário sempre teve suas destinações essenciais. Porém, isso veio a suscitar restrições pelos litigantes e advogados, os quais queriam e precisavam de uma maior amplitude no acolhimento das irresignações dirigidas àquele Supremo Tribunal. A instituição do Superior Tribunal de Justiça atendeu a essas resignações, assim, liberando o STF para um menor atribulado exercício de sua função maior, que é a de custódia da constituição. E também com a substituição do Tribunal Federal de Recursos, até então principal Tribunal de 2º grau de Justiça Federal, por cinco Tribunais Federais, mais bem aparelhados para servirem como instâncias recursais

ordinárias das decisões dos juízes federais. Finalmente, o STJ, como tribunal nacional, posto “acima” dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais estaduais, veio a exercer, sem óbices regimentais, a tutela da legislação federal infraconstitucional, nos casos previstos na constituição, mais precisamente em seu art. 105.

A função do STJ é dirimir eventuais dissídios jurisprudenciais entre tribunais diversos, tendo a uniformização da jurisprudência como instrumento garantidor do igual tratamento jurídico para todos, o que não é tarefa simples por se tratar de uniformizar a jurisprudência de um País continental.

Para Fredie Didier, o STJ desempenha uma função paradigmática, na medida em que suas decisões servem de exemplo a ser seguido pelos demais tribunais. Destaca que é dessa forma que se conseguirá alcançar a uniformização da jurisprudência nacional.

2.2. Diferença entre instância e grau de jurisdição

É sabido que o judiciário brasileiro, em sua estrutura organizacional, está dividido em instâncias, sendo certo que, no âmbito da jurisdição ordinária, existem a primeira e a segunda instâncias. Sendo que esta é a última instância da jurisdição ordinária, pois não existe terceira ou quarta instâncias. Após a segunda instância, poderá haver acesso às instâncias extraordinárias, ocupadas pelos tribunais superiores, aos quais se confere o exercício da jurisdição extraordinária, quando se apreciam os recursos especiais e extraordinários.

Na jurisdição ordinária, a cognição é ampla, com análise de fatos, provas, e de qualquer espécie de direito. Já na jurisdição extraordinária, restringe-se a direito federal, (constitucional ou infraconstitucional), refulgindo do seu aspecto o exame de matéria fático-probatória.

A primeira instância, ocupada por juízes de direito, compete, na maioria dos casos, o exercício do primeiro grau de jurisdição. O segundo grau de jurisdição é, por seu turno, exercido, na maioria das vezes, pela segunda instância, preenchidas que é pelos tribunais estaduais ou regionais.

Depreende-se que, enquanto o termo instância identifica-se com uma parcela da organização “hierárquica” da estrutura judiciária, o grau de jurisdição está relacionado com a competência originária e recursal de cada órgão judicial.

Dessa forma, a primeira instância exerce, em regra, o primeiro grau de jurisdição, cabendo o exercício do segundo grau de jurisdição, geralmente, aos tribunais locais ou regionais. Assim, quando, por exemplo, um particular propõe uma ação de conhecimento sob o rito ordinário em face de outro particular, o primeiro grau de jurisdição será exercido pela primeira instância. Havendo, nesse caso, algum recurso, exsurgir a inauguração do segundo grau de jurisdição, a ser desempenhado pela segunda instância. Positivada a hipótese, é correto aludir-se à última instância, a partir da qual poderá ser aberto acesso às instâncias extraordinárias, STJ se for o caso de matéria infraconstitucional ou STF se de matéria constitucional.

Porém, existem casos em que um tribunal, mesmo sendo órgão de segundo grau, exerce a função de primeira instância, isso acontece quando processa e julga originariamente uma causa. É o que acontece, por exemplo, quando se impetra um mandado de segurança contra governador do Estado. Em tal hipótese, a demanda mandamental é proposta, diretamente, no tribunal de justiça, o qual, mesmo sendo um órgão de segundo grau, irá figurar como órgão de primeira instância. Nesse caso, há apenas única instância, a partir da qual poderá ser aberto caminho para as instâncias extraordinárias.

Também ocorre outra exceção quando, numa ação proposta por uma pessoa domiciliada no Brasil ou, ainda, por um Município em face de um Estado estrangeiro ou de um organismo internacional, o primeiro grau de jurisdição será exercido pela justiça federal de primeira instância, enquanto a segunda instância será exercida pelo STJ, que não é órgão de segundo grau. Nessa hipótese, não haverá segundo grau, pois, a segunda instância será exercida por órgão extraordinário.

Portanto, a instância não se confunde com o grau de jurisdição, de forma que a segunda instância nem sempre estará sendo exercido por órgão de segundo grau, podendo, como sói ocorrer, exercer a primeira instância, hipótese em que não há que se falar em duplo grau de jurisdição, a não ser nos casos de denegação

de mandado de segurança julgado em única instância pelos tribunais estaduais e regionais federais. É que, em tal hipótese, o primeiro grau de jurisdição é exercido pela segunda instância e o segundo grau de jurisdição pelo STJ, que é um órgão de instância extraordinária ou especial. Tanto isso é verdade que aquela Corte Superior, em casos tais, exerce jurisdição ordinária, podendo apreciar fatos, provas e qualquer direito, seja ele federal, local, constitucional ou infraconstitucional.

Percebe-se, assim, que o duplo grau de jurisdição é exercido no âmbito da jurisdição ordinária, quando há primeiro e segundo graus de jurisdição. Logo, quando a segunda instância exerce o primeiro grau de jurisdição, não há duplo grau, salvo, como se viu, nos casos de denegação de mandado de segurança.

2.3. A importância do STJ como Corte que deve instituir precedentes

Desde a sua criação, o STJ vem perdendo sua identidade, funcionando, em seu modelo tradicional, como uma Corte de cassação ou até mesmo como tribunal de terceiro grau de jurisdição. Acredita-se que isso se deu pelo fato de o STJ sempre ter atuado como a Corte que declara o sentido exato da lei, ou seja, sua função uniformizadora no sentido de tutelar o legislador e garantir a unidade do direito objetivo. Luiz Guilherme Marinoni destaca que, caso a função do STJ de fato fosse declarar a vontade concreta da lei, não haveria motivos para se falar em igualdade perante as decisões. Dessa forma, bastaria a unificação da interpretação garantir a unidade do direito objetivo e, como consequência, a igualdade de todos perante a lei.

É certo que ao definir a interpretação de lei que deve prevalecer, o STJ busca uniformizar a jurisprudência, e determinar como a mesma deve ser aplicada em determinado caso concreto, ou seja, somente declara a verdadeira interpretação da lei em nome da unidade do direito objeto, mas não da igualdade de todos perante o direito ou diante das decisões judiciais.

A uniformização da jurisprudência, ao revelar o “exato sentido da lei”, na verdade, não acrescenta em nada à ordem jurídica, pois, dessa forma, o que passa a incidir sobre os jurisdicionados e obriga os juízes é a lei, e não o adequado sentido extraível do texto legal. O que se pretende demonstrar com a referida afirmação é que, mesmo que se possa afirmar que a decisão judicial está atrelada à ordem jurídica num sentido amplo, ela apresenta uma solução que constitui norma que se coloca ao lado da ordem legislativa. É

nesse sentido que se encontra o pressuposto teórico do STJ, cuja função seria fazer uma melhor interpretação do sentido do texto legal, tornando-o um precedente vinculante.

Em seus ensinamentos Marinoni destaca que a sociedade como um todo necessita de um direito que depende da conjugação das atividades tanto legislativa quanto judiciais.

A propósito, confira-se o seguinte trecho de uma de suas doutrinas:

“A transformação da função da Corte outorga novo significado à ideia de “uniformidade”. O problema não mais está em declarar o sentido exato da lei para propiciar a “uniformidade das decisões” dos tribunais ordinários; busca-se agora, mediante a voz da Suprema Corte, o “sentido e a unidade do direito” para a orientação da sociedade e para a promoção da igualdade. Não mais importa controlar as decisões, porém definir o direito que deve orientá-las. A decisão da Suprema Corte, bem por isso, não mais tem caráter puramente retroativo, derivado da declaração da lei, mas está preocupada com o futuro, em orientar os jurisdicionados e em servir de critério para as vindouras decisões judiciais. Daí porque a “uniformidade”, no novo contexto de Corte Suprema, não visa a tutelar a lei, mas objetiva garantir a igualdade perante o direito revelado nos precedentes. Aliás, não é por outro motivo que aí é preferível falar em unidade do direito (fim da Corte de Interpretação) do que em uniformidade da jurisprudência (meio que a antiga Corte empregava para o controle).

Como interpretação uniforme não mais significa interpretação destinada a garantir a interpretação exata da lei pelos tribunais, mas sim o próprio direito que a Corte, mediante tarefa argumentativa, delinea como adequado diante dos fatos do caso, das normas constitucionais e dos valores sociais que integram o momento, chega-se enfim ao ponto: a decisão da Corte, ao definir a interpretação, não elabora parâmetro para o controle da legalidade das decisões, mas erige critério decisional, verdadeiro, modo de ser do direito ou o próprio direito em determinado contexto histórico. A decisão deixa de ser mera jurisprudência unificada ou pacífica a servir de meio de controle e passa a ser verdadeiro precedente, que define o direito que deve regular a vida social e, apenas por isso, tem autoridade perante os outros tribunais.

É interessante perceber que, enquanto declara o sentido exato da lei, a decisão sequer tem razão para ter autoridade perante os tribunais; afinal a lei já se impõe aos juízes. As decisões só tem razão para assumir autoridade quando agregam algo à ordem jurídica, quando se desprendem da lei para colaborar para o desenvolvimento do direito numa tarefa coordenada entre Judiciário e Legislativo. Quando isso ocorre, as decisões de uma Corte Suprema têm autoridade para se projetar perante todos os juízes, sendo, por um lado, desnecessário perguntar por lei que assim preveja, e, de outro, necessário buscar uma teoria dos precedentes.

O que se entende com todo o exposto, é que o fato de os tribunais ou juízes ordinários não dar o necessário respeito às decisões do STJ é uma questão muito grave, a qual põe em risco a efetividade de todo um sistema de distribuição de justiça bem como os princípios do Estado constitucional. É inconcebível que se tenha o STJ como Corte Superior, que tem o poder de definir a interpretação que deve vigorar perante todos os tribunais e ao mesmo tempo permitir que tais tribunais não levem tal interpretação a risca.” (MARINONI, 2014, p. 117/118).

É com essas considerações que Marinoni afirma que o STJ não mais se presta a tutelar o legislador contra a jurisdição ordinária, mas para, de certa forma, auxiliá-lo. Assim, o STJ e o Legislativo realizam um trabalho harmônico, de forma coordenada, para que o Estado possa se desincumbir do seu dever de dar à sociedade um direito em constante evolução e adequação às necessidades sociais.

Resumidamente, o autor apresenta quatro definições: a) a real função do STJ não é controlar a legalidade das decisões, mas definir o sentido atribuível ao texto da lei a partir de um método interpretativo aberto a valorações e decisões justificáveis; b) a

alteração da função do STJ preocupada com a legislação infraconstitucional é por consequência do impacto do constitucionalismo e da evolução das teorias da norma jurídica e da interpretação; c) essa alteração coloca o STJ ao lado do Legislativo, não mais com a função de tutelar o legislador; e d) o STJ, diante da sua atual função, agrega substância à ordem jurídica, razão pela qual, passa a ser composta pelos precedentes das Cortes Supremas, ou seja, com efeitos vinculantes.

Conclui-se que o STJ deixou de ter a função precípua de tutelar a lei e passou a ter a função de realizar a interpretação que expressa o melhor sentido extraível da lei, que seja compatível com as normas e princípios constitucionais, bem como com as proposições sociais que permeiam determinado momento histórico. Dessa forma, deixa de se preocupar com a uniformidade da jurisprudência para se preocupar com a unidade do direito, instituindo precedentes, de modo a trazer uma maior segurança jurídica e igualdade de todos perante o direito.

2.4 O Superior Tribunal de Justiça como Corte que atribui sentido ao direito

Conforme exposto nos capítulos anteriores, existe uma evolução da teoria da interpretação, que de certa forma mudou a função do Superior Tribunal de Justiça, o qual deixou de ter a precípua função de declarar o melhor sentido da lei, de forma a tentar uniformizar a jurisprudência, para atribuir sentido ao direito mediante razões fundamentadas e racionalmente convincentes.

Destaca-se que, nesse contexto, o direito passa a ser proclamado pelo STJ e não apenas revelado, razão pela qual, a todos perante o direito, que anteriormente era ligada com exclusividade pela lei, passa a se relacionar com o direito instituído pelo STJ, de forma que seus precedentes devem passar a ter efeitos vinculantes. O STJ deve ser considerado uma Corte de vértice em matéria infraconstitucional.

É pacífico o entendimento entre os doutrinadores que o STJ não deve ter a função de tutelar o legislador contra a jurisdição ordinária, ao contrário, deve realizar uma tarefa coordenada e harmônica com o legislador, de forma a atender aos anseios dos jurisdicionados.

As decisões do STJ não devem ser qualificadas como corretas, devido ao fato de serem enunciados, os quais, muito embora sejam aceitáveis, ainda podem ser discutidos. Tais decisões devem obrigar os tribunais de instâncias “inferiores” pois, além de ter que ter fundamentação plausível, são dotadas de autoridade, tendo em vista que o STJ é o

tribunal reconhecido pela Constituição como o tribunal de vértice do sistema, tendo incumbência constitucional de garantir a uniformidade da interpretação da lei federal.

É um equívoco afirmar que há decisão que contraria a lei, pois o que se tem, na verdade, é decisão que contraria a interpretação da lei, firmada em precedente do STJ, ou até mesmo decisão que acompanhou precedente do STJ, mas que já esteja prestes a ser revogada, que é o chamado “*overruling*”.

O problema é que a função do STJ de uniformizar a jurisprudência, principalmente por meio do recurso especial, foi banalizada, o recurso especial é interposto sob a mera alegação de que a lei foi contrariada, ou seja, qualquer que seja a decisão proferida pelos tribunais “inferiores” pode ser impugnada por meio de recurso especial, tendo em vista que, ao se alegar violação à lei federal, nem se faz necessária a comparação da decisão impugnada com o precedente do STJ. Dessa forma, praticamente toda questão federal pode dar ensejo à interposição de recurso especial, o que torna a função uniformizadora do STJ em uma missão praticamente impossível, ante o volume de demandas individuais que subirão àquela Corte superior. Assim, o STJ fica a serviço do interesse privado, individual, deixando de lado o interesse público, que é justamente a definição do sentido da lei, dando a ela a melhor interpretação possível e, consequentemente, uma melhor segurança jurídica.

Acredita-se que toda essa problemática se dá em razão da falta de distinção do que seja texto legal e o que seja norma jurídica.

Como também já exposto anteriormente, o STJ passou a ter a função de interpretar o texto legal, criando uma norma jurídica, que deve ser observada e respeitada por todos os tribunais “inferiores”, assim, para que uma decisão de tribunal possa ser impugnada por meio de recurso especial, será necessário não apenas a mera indicação de contrariedade à lei federal (texto legal), mas a imprescindível demonstração de que o tribunal teria dado interpretação de forma a contrariar o sentido já outorgado à lei pelo STJ (norma jurídica), exceto se a questão tratada nos autos jamais tenha sido apreciada pelo STJ ou tenha sido decidida de forma divergente por outro tribunal.

Daí pode-se perceber o quanto é importante que os tribunais ordinários deem o valor necessário aos precedentes do STJ, para isso, não se pode negar que o STJ deve ter uma jurisprudência sólida, segura, pois é muito contraditório ter um recurso especial fundado na alínea “c” do permissivo constitucional se a decisão proferida pelo STJ, que deve ser considerado como norma jurídica, não tiver o devido valor sob os tribunais que divergiram.

É certo que quando os precedentes do STJ se tornarem mais estáveis, manifestando sua devida autoridade, será possível quebrar a cadeia progressiva de decisões conflitantes dos vários tribunais pátrios, dando lugar à técnica da divergência jurisprudencial, que passará a ser utilizada apenas nos casos em que houver interpretações diferentes acerca da interpretação de uma determinada lei federal, ou quando inexistir precedente firmado no STJ. Assim, com certeza as decisões serão mais igualitárias e se terá uma maior segurança jurídica.

Aqui, para se entender melhor a verdadeira função do STJ, faz-se oportuno transcrever a ementa de um voto proferido pelo saudoso Ministro Humberto Gomes de Barros no Agravo Regimental no Recurso Especial n. 228.432/RS, julgado pela Corte Especial do STJ.

Confira-se:

“PROCESSUAL – STJ - JURISPRUDÊNCIA - NECESSIDADE DE QUE SEJA OBSERVADA.

O Superior Tribunal de Justiça foi concebido para um escopo especial: orientar a aplicação da lei federal e unificar-lhe a interpretação, em todo o Brasil. Se assim ocorre, é necessário que sua jurisprudência seja observada, para se manter firme e coerente.

Assim sempre ocorreu em relação ao Supremo Tribunal Federal, de quem o STJ é sucessor, nesse mister. Em verdade, o Poder Judiciário mantém sagrado compromisso com a justiça e a segurança. Se deixarmos que nossa jurisprudência varie ao sabor das convicções pessoais, estaremos prestando um desserviço a nossas instituições. Se nós – os integrantes da Corte – não observarmos as decisões que ajudamos a formar, estaremos dando sinal, para que os demais órgãos judiciários façam o mesmo. Estou certo de que, em acontecendo isso, perde sentido a existência de nossa Corte. Melhor será extingui-la.” (Corte Especial, AgRg nos EREsp 228.432/RS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros)

De fato, para que as decisões do STJ sejam respeitadas, como realmente devem ser, tais decisões devem ser sólidas, ou seja, mais estáveis, de forma a se construir uma jurisprudência consolidada, precedentes com poder vinculante, o que vai garantir a igualdade dos cidadãos perante a distribuição da justiça.

Fredie Didier destaca que o precedente é um fato, que o efeito do precedente decorre de sua *ratio decidendi*, ou seja, se a razão de decidir e se os fundamentos foram imprescindíveis para o alcance do resultado fixado no dispositivo da decisão, tal precedente deverá ter efeito vinculante, mas os fundamentos prescindíveis para o alcance do resultado da decisão, ainda que nela presentes, não possuirão efeito de precedente vinculante. Assim, preleciona que o precedente deverá ter efeito vinculante, ou dotado de autoridade vinculante, quando tiver eficácia vinculativa em relação aos casos que, em situações análogas, lhes forem supervenientes. Vale destacar que toda essa dinâmica está prevista nos arts. 926 e 927 do CPC/2015.

Apenas a título de curiosidade, também é válido destacar que a Constituição Federal prevê o direito fundamental ao processo justo bem como os direitos fundamentais processuais que participam do seu conteúdo mínimo. Pode-se perceber no Livro I da Parte Geral do Novo Código de Processo Civil, que o mesmo não reúne todas as normas processuais civis, mas apenas enuncia as que devem ser vistas como compromissos fundamentais, além traçar diretrizes interpretativas e aplicativas. Infere-se daí, que certas normas fundamentais do processo civil constituem concretizações infraconstitucionais de determinados direitos fundamentais processuais, que compõem o direito fundamental ao processo justo.

Marinoni destaca que nem as concretizações infraconstitucionais do direito fundamental ao processo justo e nem os postulados interpretativos e aplicativos deixam-se esgotar parte concernente às normas fundamentais do processo civil, por exemplo: os arts. 16 e 472 do CPC, concretizam o direito fundamental à publicidade; o art. 489, §§ 1º e 2º, CPC, o direito fundamental à fundamentação das decisões; os arts. 322, § 2º, e 489, § 3º, do CPC, concretizam o direito fundamental à segurança jurídica processual ao determinar a interpretação conforme a boa-fé; e o art. 926, do CPC, concretiza o direito à unidade da ordem jurídica ao prever o dever de coerência da Cortes superiores.

Marinoni também ratifica que o direito ao processo justo constitui princípio fundamental para organização do processo no Estado Constitucional, pois é o modelo mínimo de atuação processual do Estado e mesmo dos particulares em determinadas situações substanciais, razão pela qual, a sua observação é condição necessária e indispensável para a obtenção de decisões justas.

De fato, o direito ao processo justo é um direito de natureza processual, que impõe deveres organizacionais ao Estado, tanto na sua função legislativa, quanto na judiciária e executiva. É por essa razão que se enquadra dentro da categoria dos direitos à organização e ao procedimento. A Constituição Federal assevera que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, o que é instituído no direito fundamental ao processo justo.

5. Considerações finais

O presente trabalho buscou demonstrar a importante função do Superior Tribunal de Justiça, que deverá deixar de ser uma Corte que apenas busca a uniformização da jurisprudência para uma Corte que também vai criar o direito no caso concreto.

A decisão do STJ deve ser reconhecida como precedente vinculante, que determina decisões posteriores sobre casos idênticos, ou seja, em suas decisões, o STJ

passará não apenas a dar a melhor interpretação ao texto legal, mas criará a norma jurídica, que deverá ser respeitada por todos os outros tribunais ordinários.

Vale aqui destacar que, logo após a sua instalação, os membros daquele STJ perceberam que a Corte superior não poderia ser vista como uma terceira instância, ao notar que muitas causas que ali chegavam buscavam apenas uma mera revisão de provas, logo editaram o enunciado sumular n. 7/STJ: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, impossibilitando o conhecimento do recurso especial. De fato ao se imaginar que o STJ poderia reexaminar prova, o jurisdicionado estava, na verdade, desvirtuando a função primordial do STJ, que é de uniformizar a jurisprudência pátria.

De fato se faz necessária uma mudança, vimos que a função uniformizadora do STJ, realizada principalmente por meio do recurso especial, foi gradativamente se desvirtuando com o decorrer dos anos. É que o STJ, como tribunal nacional, e não federal, pois foi posto “acima” dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais estaduais, veio a exercer a tutela da legislação federal infraconstitucional, nos casos previstos na constituição, mais precisamente em seu art. 105.

Como já dito, a função uniformizadora do STJ e agora a função de dar a melhor interpretação ao texto legal, criando norma jurídica, é realizada principalmente por meio do recurso especial, que está regulamentado no inciso III do art. 105 da Constituição Federal, alíneas “a”, “b” e “c”. Acontece que o controle dos requisitos da “contrariedade à lei” e da “divergência jurisprudencial” deram uma vasta possibilidade de se ajuizar recurso especial, possibilidades completamente descomprometidas das verdadeiras funções do STJ, o que acarretou em uma “avalanche” de recursos naquela Corte, tornando quase que impossível a missão daquele tribunal superior, que é de uniformizar a jurisprudência.

A conclusão que se chega neste trabalho, é de que como está não pode ficar, deve haver uma grande mudança de paradigma, o Superior Tribunal de Justiça não pode mais se curvar ao interesse individual, suas decisões devem ir além, deve atender aos anseios do interesse público, que é de segurança jurídica, de confiança na justiça.

De nada vale ter uma Corte superior se seus julgados não servirem de modelo para os demais tribunais, o STJ não deve se preocupar com números, mas em julgados importantes, que sejam considerados verdadeiras normas jurídicas. Sabemos que para isso acontecer, o STJ deverá dar estabilidade às suas decisões, de modo a transforma-las em precedentes, e esses passarem a constituir os critérios para aferição da contrariedade da norma jurídica, de forma a se evitar que ocorra divergências nas decisões dos tribunais.

Conforme já afirmou Marinoni, a técnica da divergência jurisprudencial deve ser destinada a permitir que o STJ concretize sua missão constitucional de interpretar a lei, assentando o sentido do direito que deve prevalecer, criando verdadeiras normas jurídicas, sendo inconteste que os tribunais ordinários devem ficar submetidos ao que ficar definido em tais normas.

Assim o STJ conseguirá realizar com afinco sua função, que será de definir o sentido atribuível ao texto da lei, criando norma jurídica, a partir de um método interpretativo, aberto a valorações e decisões justificáveis.

De fato, a maioria das questões que são decididas naquele tribunal superior são indispensáveis para regular interesses da vida social, razão pela qual, tais decisões devem integrar a ordem jurídica de forma vinculante. Há de ser destacado que decisões que tutelam direitos individuais, ou seja, caso a caso, dificilmente vão agregar algum juízo de valor para o desenvolvimento do direito, de forma a projetar o sentido da decisão perante a sociedade, vinculando todos os tribunais ordinários.

O Superior Tribunal de Justiça deve deixar de ter a função de uniformizar a jurisprudência tutelando a lei ou buscando dela extrair seu exato sentido para identificar e interpretar o melhor sentido que a lei expressa, ou seja, deve extrair o sentido que esteja compatível com a Constituição e congruente com as proposições sociais de determinado contexto histórico social. Dessa forma, ao identificar a melhor interpretação da lei, ou a mais adequada, dará sentido ao direito e, assim, uniformizar a jurisprudência.

Essa transformação que deve ocorrer na função do STJ traz um novo significado à ideia de uniformização. O STJ não mais deverá se preocupar em declarar o exato sentido da lei para estabelecer a uniformização da jurisprudência, mas deverá se preocupar em, além de dar o sentido da lei, buscar a unidade do direito de forma a orientar a sociedade sempre em busca de um direito igualitário, ou seja, não apenas controlar as decisões dos tribunais ordinários, mas definir o direito que deve orientar essas decisões. A decisão do STJ não deve ter caráter puramente retroativo, pelo contrário, deve projetar para o futuro, de forma a orientar os jurisdicionados. Suas decisões devem, além de servir como paradigma para as futuras decisões dos tribunais ordinários, também orientar os jurisdicionados, garantindo uma maior igualdade perante o direito revelado em seus precedentes.

Marinoni destaca que é exatamente por isso que é preferível falar em “unidade do direito (fim da Corte de interpretação) do que em uniformidade da jurisprudência (meio que a antiga Corte empregava para o controle)”.

Dessa forma, como a uniformização da interpretação da lei não é mais destinada apenas a garantir uma exata interpretação da lei pelos tribunais ordinários, mas a própria criação de uma norma, que o STJ delineará como adequado, mediante razões fundamentadas e racionalmente convincentes, diante dos fatos do caso concreto, das normas constitucionais e dos valores sociais que integram determinado momento. Assim, as decisões do STJ, ao definir a melhor interpretação, não mais elaborarão parâmetros para o controle da legalidade das decisões dos tribunais “inferiores”, mas erigirão um critério para as decisões, o qual será o próprio direito em determinado contexto histórico. A decisão deixa de ser mera jurisprudência unificada ou pacífica a servir de meio de controle e passa a ser verdadeiro precedente, que define o direito que deve regular a vida social e, dessa forma, terá autoridade perante os outros tribunais.

Mais uma colocação importante que Marinoni destaca em suas obras, é que enquanto o STJ declarava, ou buscava declarar o exato sentido da lei, suas decisões não tinham autoridade perante os tribunais ordinários, pois a lei já se impõe aos juízes, assim, Marinoni afirma que “ as decisões só tem razão para assumir autoridade quando agregam algo à ordem jurídica, quando se desprendem da lei para colaborar para o desenvolvimento do direito numa tarefa coordenada entre Judiciário e Legislativo”. É dessa forma que as decisões do STJ passarão a ter efeito vinculante, ou seja, a ter autoridade para se projetar perante todos os juízes, trazendo uma maior estabilidade e segurança jurídica.

Cerca de um ano após sua instalação, em junho de 1990, os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já percebiam que a Corte não poderia se tornar uma terceira instância. O recurso especial, uma de suas principais atribuições, tem regras rígidas e, em respeito a elas, o Tribunal logo editou a Súmula 7: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. O enunciado passou a ser largamente aplicado pelos ministros na análise de variadas causas, impossibilitando o conhecimento do recurso isto é, o julgamento do mérito da questão.

São com essas colocações que espera-se trazer uma certa inquietação e reflexão acerca da verdadeira identidade do Superior Tribunal de Justiça. Será que aquele tribunal superior vai passar a ser uma Corte de precedentes, garantindo uma uniformidade na jurisprudência, a previsibilidade do direito e, conseqüentemente, uma maior igualdade para os cidadãos perante a distribuição da justiça?

Essas interrogações foram a base da presente pesquisa e é com elas que se finaliza, mas com a esperança de que o Superior Tribunal de Justiça encontre sua

verdadeira identidade e possa trazer uma maior segurança jurídica para todos os cidadãos que clamam por uma justiça igualitária, célere e, principalmente, justa.

6. Referências bibliográficas

DIDIER JR. Fredie; OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula Sarno. Curso de Direito Processual Civil – Reescrito com base no novo CPC / Decisão judicial e precedente judicial. 10ª ed. vol. 2. Ed. JusPODIVM. Salvador. 2015.

DIDIER JR. Fredie. Curso de Direito Processual Civil – Reescrito com base no novo CPC / Decisão judicial e precedente judicial. 17ª ed. vol. 1. Ed. JusPODIVM. Salvador. 2015.

DIDIER JR. Fredie; GODINHO, Robson Renault. Coleção Repercussões do Novo CPC / O impacto do CPC de 2015 no direito brasileiro. 1ª ed. vol. 6. Ed. Saraiva. São Paulo. 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. A jurisdição no estado contemporâneo: ed. Revista dos Tribunais. São Paulo 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. O STJ Enquanto Corte de Precedentes: ed. Revista dos Tribunais. São Paulo 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. Da Corte que Declara o “Sentido da Lei” para a Corte que Institui Precedentes: ed. Revista dos Tribunais. São Paulo 2014.